



**Bolsas**  
Na quarta-feira

0,73%

São Paulo

0,1%

Nova York

**Pontuação B3**  
Ibovespa nos últimos dias

157.739

155.380

14/11

17/11

18/11

19/11

**Dólar**  
Na quarta-feira

R\$ 5,338

(+0,39%)

13/novembro

14/novembro

17/novembro

18/novembro

5,298

5,297

5,331

5,317

**Salário mínimo**

R\$ 1.518

**Euro**  
Comercial, venda na quarta-feira

R\$ 6,150

**CDI**  
Ao ano

14,90%

**CDB**  
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,90%

**Inflação**  
IPCA do IBGE (em %)

junho/2025

0,24

Julho/2025

0,26

Agosto/2025

-0,11

Setembro/2025

0,48

Outubro/2025

0,09

OPERAÇÃO COMPLIANCE ZERO

# Estados e municípios podem perder R\$ 2 bi

Dezoito fundos têm recursos previdenciários presos na liquidação do Master. Rio de Janeiro concentra mais da metade do montante

» RAFAELA GONÇALVES

Estados e municípios que aplicaram recursos previdenciários no Banco Master podem perder quase R\$ 2 bilhões após a liquidação da instituição, segundo dados do Ministério da Previdência. Ao todo, 18 entes federativos aplicaram recursos de seus Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) em letras financeiras emitidas pela instituição — aplicações que agora estão diretamente expostas ao processo de liquidação.

O valor total comprometido chega a R\$ 1,86 bilhão, indicando um risco significativo para sistemas que dependem desses recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões de servidores públicos.

O caso mais crítico é o do Estado do Rio de Janeiro, cuja unidade gestora do RPPS concentra quase metade de toda a exposição ao Banco Master, com R\$ 970 milhões aplicados. Mesmo após a decretação da liquidação do conglomerado, o Rioprevidência, responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões a 235 mil servidores inativos, afirmou que os benefícios estão assegurados e não correm risco no curto prazo.

O caminho será ingressar na massa falida e tentar recuperar parte dos valores por meio do liquidante. “O risco existe e pode ser significativo, porque a liquidação extrajudicial implica a interrupção imediata das atividades do banco, a execução do seu ativo e o pagamento dos credores segundo a ordem de prioridades estabelecida pela legislação bancária”, afirma Renan de Araújo Xisto, head da área de Contratos e Societário do Paschoini Advogados.

Especialistas, no entanto, alertam que o impacto real tende a aparecer no médio e longo prazo. A perda de parte desses recursos pode comprometer o equilíbrio atuarial do fundo, pressionar o caixa do Estado e exigir medidas adicionais para garantir a sustentabilidade do regime. “O risco para aposentadorias e pensões não é necessariamente imediato, mas pode afetar o equilíbrio de longo prazo do plano, exigindo aportes adicionais do ente federativo para recompor o déficit”, destaca Xisto.

## Situação das empresas do conglomerado Master

EMPRESA	SITUAÇÃO ATUAL	IMPACTO OBJETIVO	DETALHES
Banco Master	Liquidação extrajudicial	Encerramento imediato das atividades e saída do SFN	Principal empresa do grupo. O FGC deverá ser acionado para ressarcir credores elegíveis (como CDBs), com limite de R\$ 250 mil por CPF. Um liquidante buscará a venda de ativos para pagar dívidas
Banco Master de Investimento	Liquidação extrajudicial	Encerramento imediato das atividades e saída do SFN	Era focado em Renda Fixa, Renda Variável e fusões e aquisições (M&A) para captação de recursos
Banco Letsbank	Liquidação extrajudicial	Encerramento imediato das atividades	Era o banco digital do grupo. Oferecia soluções financeiras integradas para pessoas físicas e jurídicas
Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Liquidação extrajudicial	Encerramento imediato das atividades	Focada em investimentos. Atuava em Bolsa de Valores, fundos, previdência privada e tesouro direto
Banco Master Múltiplo	Regime de Administração Especial Temporária (Raet)	Atividades normais mantidas	Foi poupado por ser controlador do Will Bank, que atende mais de 10 milhões de clientes. O BC considera que o banco pode recuperar a liquidez e ser vendido no mercado. Dirigentes são substituídos por um administrador especial indicado pelo BC. O Raet dura até 120 dias

### Valores perdidos

Lista completa de entes com aportes previdenciários

Angélica (MS): <b>R\$ 2 milhões</b>
Aparecida de Goiânia (GO): <b>R\$ 40 milhões</b>
Araras (SP): <b>R\$ 29 milhões</b>
Cajamar (SP): <b>R\$ 87 milhões</b>
Campo Grande (MS): <b>R\$1,2 milhão</b>
Congonhas (MG): <b>R\$ 14 milhões</b>
Amapá (AP): <b>R\$ 400 milhões</b>
Itaguaí (RJ): <b>R\$ 59,6 milhões</b>
RJ (Estado): <b>R\$ 970 milhões</b>
Fátima do Sul (MS): <b>R\$ 7 milhões</b>
Itaguaí (RJ): <b>R\$ 59,6 milhões</b>
Jateí (MS): <b>R\$ 2,5 milhões</b>
Maceió (AL): <b>R\$ 97 milhões</b>
Paulista (PE): <b>R\$ 3 milhões</b>
Santa Rita D'Oeste (SP): <b>R\$ 2 milhões</b>
Santo Antônio de Posse (SP): <b>R\$ 7 milhões</b>
São Gabriel do Oeste (MS): <b>R\$ 3 milhões</b>
São Roque (SP): <b>R\$ 93,15 milhões</b>

Fonte: Ministério da Previdência.

Nessas situações, o prejuízo tende a recair sobre o Tesouro estadual, ampliando despesas permanentes justamente em um momento de forte restrição fiscal. A perda de patrimônio dos fundos aprofunda os deficits atuariais e acrescenta pressão adicional sobre as contas públicas. “Quanto maior a proporção da aplicação em relação ao patrimônio total, maior tende a ser o desequilíbrio futuro”, explica o economista Otto Nogami, professor do Insper.

Na sequência dos maiores aportes aparecem o Estado do Amapá, com R\$ 400 milhões aplicados, e o município de Maceió (AL), que destinou R\$ 97 milhões às letras financeiras do Master. Logo depois vêm São Roque (SP), com R\$ 93,15 milhões, e Cajamar (SP), que investiu R\$ 87 milhões. Araras (SP) completa o grupo dos principais aplicadores, com R\$ 29 milhões expostos.

Há ainda outros entes com valores relevantes expostos ao risco da liquidação: Itaguaí (RJ) investiu R\$ 59,6 milhões, o Estado do Amazonas destinou R\$ 50 milhões, e Aparecida de Goiânia (GO) aplicou R\$ 40 milhões.

Em liquidações bancárias similares no Brasil, a recuperação de credores sem garantia costuma variar entre 0% e 20%, muitas vezes apenas após 10 a 20 anos de processo.

### Governança

A dimensão das cifras acende um alerta sobre a governança e a política de investimentos dos regimes próprios, que, por lei, devem priorizar segurança e liquidez na alocação dos recursos previdenciários. Agora, com o Banco Master retirado do sistema financeiro e sob administração de um liquidante, esses entes

entram na fila de credores, sem garantia automática de ressarcimento, já que o FGC não cobre letras financeiras.

Se a perda se confirmar, estados e municípios serão obrigados, pelas normas federais, a adotar medidas para recompor o equilíbrio dos RPPS, como revisar o plano de custeio — incluindo possível aumento das alíquotas de contribuição dos servidores e do próprio ente —, realizar aportes extraordinários do Tesouro, instituir contribuições suplementares quando necessário e ajustar a política de investimentos para reduzir concentração e exposição a emissores de maior risco.

“O risco central não é a interrupção de benefícios, mas o aumento duradouro do custo previdenciário para os entes públicos e o impacto nos resultados atuais”, aponta Nogami.

## Defesa pede liberdade

» LUANA PATRIOLINO

A defesa do dono do Banco Master, Daniel Vercaro, entrou com um habeas corpus na Justiça Federal pedindo a soltura do empresário, preso pela Polícia Federal na terça-feira. Ele foi detido no âmbito da Operação Compliance Zero, que investiga a venda de títulos de crédito falsos. Os advogados negaram a hipótese de fuga ou o conhecimento antecipado da prisão.

O inquérito aponta que a instituição emitia Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com a promessa de pagar ao cliente até 40% acima da taxa básica do mercado. No entanto, esse retorno não ocorria. A prisão de Vercaro aconteceu horas após anúncio da venda da instituição ao grupo Fictor. Ele foi levado para a Superintendência da PF em São Paulo.

A relatora sorteada para apreciar o pedido de soltura é Solange Salgado da Silva. No recurso, a defesa argumentou que não há necessidade de manutenção da prisão, pois o Banco Master foi liquidado pelo Banco Central (BC). Segundo os advogados, ele embarcaria em um jatinho rumo a Dubai. O plano de voo da aeronave citava a ilha de Malta como destino, mas devido a uma “contingência logística”.

O empresário foi preso, no Aeroporto Internacional de Guarulhos, tentando embarcar com destino a Malta. O jatinho, avaliado em R\$ 200 milhões, foi um dos bens apreendidos pela PF.

“O fato de o plano de voo da aeronave que levaria o paciente ter como destino Malta deve-se, apenas, a uma contingência logística, uma vez que o avião não tem autonomia para voar de Guarulhos a Dubai, necessitando de reabastecimento”, diz o documento apresentado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília.

Na manhã de ontem, a Justiça Federal de Brasília determinou que todos os presos na Operação Compliance Zero permaneçam detidos na carceragem da Superintendência da Polícia Federal no bairro da Lapa, Zona Oeste de São Paulo.

# “O BRB se arriscou muito”

» PEDRO JOSÉ\*

Os sinais de deterioração do Banco Master já eram conhecidos no mercado há pelo menos um ano. Foi o que afirmou o economista Antônio Augusto Pinto Pinheiro, ex-chefe adjunto do Departamento de Liquidação do Banco Central, durante entrevista, ontem, ao *CB.Poder* — parceria do *Correio* com a TV Brasília.

“Eu diria que na noite da última terça-feira nós tivemos duas notícias, uma boa e uma ruim. A notícia boa é que o Banco Central entrou num processo de liquidação e a notícia ruim é que esse processo foi excessivamente demorado”, afirmou ao lado dos jornalistas Carlos Alexandre e Adriana Bernardes.

Pinheiro explicou que o comportamento do Banco Master já acendia alertas no setor financeiro. “A situação do Banco Master vem se anunciando no mercado já há bastante tempo, até mais de um ano”, disse. Ele destacou que a instituição operava com forte alavancagem e em segmentos de maior risco. “Falava-se muito dentro do próprio mercado que era inconsistente para um banco tradicional. O risco era bem mais elevado do que o normal.”

Outro ponto citado por ele foram as taxas acima do padrão oferecidas pelo banco. “O Banco Central teria demorado a tomar essa decisão porque sentia no mercado que o Banco Master era uma excepcionalidade pela própria remuneração que ele oferecia ao ativos. Evidentemente que um banco pequeno não

paga a mesma coisa que um grande banco, ele sempre paga um pouco mais. Mas o caso do Master era um caso que chamava muito a atenção, porque era uma taxa muito maior”, explicou o ex-chefe adjunto do BC.

Pinheiro afirmou que “com certeza havia uma lacuna regulamentar” e citou as novas regras adotadas pelo Banco Central para limitar a alavancagem de instituições menores, como a exigência de depósito em títulos públicos quando o nível de alavancagem supera em dez vezes o patrimônio. Outra medida prevê uma contribuição maior ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) para bancos que oferecem CDB acima da capacidade compatível com sua estrutura financeira.

Para ele, essas medidas tendem a influenciar decisões de risco.

“Fazer com que o FGC seja restituído de alguma forma com certeza vai ter sua eficiência na decisão de alavancagem das instituições menores, principalmente”.

Pinheiro também comentou que o envolvimento do BRB com o Banco Master não deverá apresentar problemas aos seus clientes, mas reconheceu que haverá dano na imagem da instituição “O BRB se arriscou muito em termos de imagem quando divulgou essa pretensão sem antes ter ido a um nível de detalhes bem grande. Aliaram o nome BRB a uma instituição que causava preocupação dentro do mercado. Isso foi uma imprudência”, comentou o economista.

\* Estagiário sob supervisão de Edla Lula

Guilherme Felix CB/DA Press.



Para Augusto Pinheiro, O BC demorou para liquidar o Master